

O curral deve ser negociado logo

ECONOMIA - BRASIL

ELIO GASPARI

Numa surpreendente declaração, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse o seguinte à repórter Míriam Leitão:

— Não acredito que alguém vá cometer o erro de querer alongar compulsoriamente a dívida. Certamente, o que se vai fazer é oferecer ao credor uma proposta: quem abrir mão da liquidez por um tempo vai ter uma remuneração maior.

Certamente? Se é certo, no sentido de “com certeza”, o doutor Armínio deveria começar amanhã de manhã a renegociação da dívida interna brasileira, equivalente a 55% do PIB.

Deveria proceder dessa maneira por três motivos:

1. Porque sua declaração leva os investidores a temer pelo seu dinheiro. Aumenta o nervosismo que deriva da precária situação econômica do país. Estimula a deformação da eleição presidencial, transformando um ato do ritual democrático em feitiçaria financeira. Se uma coisa será “certamente” oferecida no ano que vem, seria muito melhor oferecê-la agora.

2. Porque isto significará o reconhecimento, pelo governo, de que é dele o ônus do início da renegociação de uma dívida de R\$ 650 bilhões que quase duplicou na sua relação com o PIB. Seria conduta decente, oposta à que praticou na eleição passada, dando dois meses de sobrevida ao populismo cambial e ao dreno das reservas nacionais para assegurar o novo mandato de FFHH. É sempre útil lembrar que em agosto de 1998 o Brasil tinha em torno de US\$ 70 bilhões nas suas reservas. FFHH foi reeleito em novembro sustentando o dólar a US\$ 1,20 e no final da segunda semana de janeiro as reservas reais estavam em US\$ 12,5 bilhões. Pouco depois, o dólar bateu a marca dos R\$ 2. Como disse um ex-ministro da Fazenda: “Há crimes felizes que são reputados heróicos e gloriosos.”

3. Porque renegociando desde já a dívida, o doutor Armínio pode dispor peso de sua biografia de competente

defensor dos contratos. Se esse abacaxi, que “certamente” caberá ao novo governo, cair no colo de Lula, vão chamá-lo de esquerdista caloteiro. Há poucas semanas ele descartou a quebra de contratos e disse o seguinte: “Vamos sentar à mesa para negociar. E nessa negociação vamos tentar discutir coisas que podem dar ao

Estado um pouco mais de fôlego para o investimento.” Se cair no colo de José Serra, dirão que ele quer fianciar uma bolha de desenvolvimento. Ciro Gomes será chamado de voluntarista. No início de 1999 ele dizia o seguinte: “Estou falando em renegociar a dívida sem quebra de contrato, sem malufiquices colloridas.” De

novo, tem a palavra o ex-ministro: “As verdades descobrem-se, não se inventam.”

Ao contrário do que a ekipekonômica diz há mais de três anos, a renegociação da dívida não é um pecado contra a castidade. Não há castos emprestando dinheiro a quem paga

18,5% de juros ao ano, quando o governo americano paga 1,74%. Se todos os contratos valem a mesma coisa, só os idiotas estariam comprando papéis do Tesouro dos Estados Unidos. Se alguém empresta à Viúva a juros tão convidativos, é porque sabe que corre risco. Como disse o ex-ministro da Fazenda: “A dialética do interesse é quase sempre mais poderosa que a da razão e consciência.”

O doutor Armínio informa que seria um erro obrigar um credor que tem um papel com vencimento marcado para julho de 2003 a conformar-se com o pagamento em agosto de 2005. No lugar dessa violência implausível, antevê a montagem de um curral para os credores. Nada a ver com o argentino, onde as vacas ficaram presas nos bancos e os bancos no brejo. A esse curral irá só quem quiser. A vaca calcula a distância do brejo e decide se fica no pasto onde come a 18,5% ou se vai mansamente, por sua vontade, para um curral de forragem garantida. Uma renegociação desse tipo trocará prazo e liquidez por remuneração. Como será possível compatibilizar vontades, prazos e juros, é coisa a discutir. Pode até ser bom negócio, desde que a

ekipekonômica tome a iniciativa do debate e da condução desse processo.

Aí está mais uma razão para que os sábios de FFHH comecem logo a renegociar a dívida. Permitiria que a sociedade conhecesse, a quente, as entranhas de sua proposta. Deixando o abacaxi para o novo presidente, esses mesmos sábios passarão a escrever artigos onde jamais mencionarão o que fizeram, mas haverão de divertir-se discutindo as condutas e políticas alheias. É a síndrome do marquês de Maricá. Ela recicla os navegadores naufragados em analistas. O bom marquês foi ministro da Fazenda de 1823 a 1825 e deixou 4.138 aforismos, intitulados “Máximas, pensamentos e reflexões”, com estilo e conteúdo superior, de muito, à produção de seus sucessores. É ele o “ex-ministro” citado neste artigo.

• **SERVIÇO:** As “Máximas” do marquês estão no seguinte endereço: http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/maximas_pensamentos_e_reflexoes.htm

ELIO GASPARI é colunista do GLOBO.